



Caderno Virtual de Turismo

E-ISSN: 1677-6976

caderno@ivt-rj.net

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brasil

Dias e Cordeiro, Itamar; Körössy Leite, Nathália; Partidário, Maria do Rosário
Instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos: uma revisão de literatura
Caderno Virtual de Turismo, vol. 10, núm. 2, 2010, pp. 49-64
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Río de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115415458005>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos: uma revisão de literatura

Itamar Dias e Cordeiro (itamar_cordeiro@yahoo.com.br)*
Nathália Körössy Leite (nathaliakorossy@gmail.com)**
Maria do Rosário Partidário (mrp@civil.ist.utl.pt)***

Resumo

Considerado como o principal desafio da humanidade ao longo do século XXI, o desenvolvimento sustentável configura-se cada vez mais como um fim a ser alcançado pelas várias atividades econômicas. Com o turismo, uma das principais atividades econômicas em nível mundial, não é diferente. No entanto, "desenvolvimento sustentável" e "turismo sustentável" são apenas conceitos e como em todo conceito, só há uma forma de constatar sua efetividade: através da avaliação. Avaliar algo como a sustentabilidade do turismo não é tarefa fácil e para auxiliar neste processo, existem ferramentas específicas. O presente artigo apresenta cinco destas ferramentas e analisa criticamente o potencial de cada uma delas para avaliar a sustentabilidade do turismo.

Palavras-chave: Indicadores de Turismo Sustentável; Instrumentos de Avaliação de Sustentabilidade.

Abstract

Considered as the main goal of the humanity in the 21st century, the sustainable development is broadly pursued by the economics activities and with tourism, one of the most important economical activities at the global level is not different. Therefore, "sustainable development" and "sustainable tourism" are just concepts and like every concept, it has only one way to verify its effectiveness: by the assessment. To assess something like tourism sustainability is not a simple task and to help this process it has specifics tools. This paper presents five of these tools and analyzes its potentials to assess the tourism sustainability.

Key-words: Sustainable Tourism Indicators; Sustainable Assessment Tools.

Introdução

Mais que "uma das maiores indústrias do mundo" (UNWTO, 2004a, 2004b), o turismo é "incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industrializadas" (Rodrigues, 1996, p.17). Nesta perspectiva, a ampla possibilidade que a atividade abre para o desenvolvimento dos países faz com que a mesma seja considerada como um item estratégico, de vez que pode ajudar a reestruturar territórios que perderam suas vantagens competitivas (Soukiazis & Proença, 2007).

Não obstante tamanho potencial, constata-se que ao se desenvolver, o turismo acaba por provocar significativos impactos ambientais, sociais, culturais, econômicos e territoriais (Saarinen, 2006; Hardy & Beeton, 2001). Assim, face ao reconhecimento de que pode tornar-se vítima do seu próprio êxito (CE, 2007; Briguglio & Briguglio, 1996) surge e se afirma a idéia de que a atividade deve se desenvolver de forma sustentável.

Embora a preocupação com a sustentabilidade do turismo já esteja enraizada e muitos governos nacionais e autoridades locais tenham dedicado especial atenção às questões de sustentabilidade (CE, 2007), há que se ter em conta que a mera aceitação do conceito de desenvolvimento sustentável não significa que o mesmo esteja a ser transposto e implementado na prática (Nitsch & van der Straaten, 1995). Com efeito, Ruhanem (2004), Simpson (2001) e Trousdale (1999), por exemplo, afirmam que no sector do turismo, de uma forma geral, há um vazio crescente entre a "doutrina da sustentabilidade" e sua aplicação ao "mundo real".

Segundo Ko (2005), desde o começo dos anos 90 os debates sobre turismo sustentável têm se dado mais a nível teórico que prático e a sustentabilidade do turismo

base em julgamentos subjetivos, sem referência a quaisquer padrões ou critérios que suportem as afirmações. Nestas condições, a sustentabilidade no turismo acaba por ser mais uma aspiração do que propriamente um objetivo mensurável (Middleton & Hawkins, 1998). Mantendo-se nesse rumo, a sustentabilidade do turismo permanecerá como está: apenas no plano da retórica (Butler, 1999; Diamantis, 1999), sem nenhuma aplicabilidade; e isso é inaceitável.

O processo de avaliação torna-se particularmente útil uma vez que, como sugere van Bellen (2005), "pode ajudar a transformar a preocupação com a sustentabilidade em uma ação pública consistente". Com efeito, não há outra forma de distinguir se está a se caminhar na direção correta que não por meio da avaliação (Moran et al, 2008; UNWTO, 2004a; Bossel, 1999; Meadows, 1998, 1994), afinal: quem avalia sabe por onde anda, a que distância está de seus objetivos, os problemas e obstáculos a enfrentar e como, quando e com quais recursos fazê-lo (Barbosa & Garcia, 2001). Logo, para que a sustentabilidade seja efetiva e migre da teoria para a prática, é preciso que hajam mecanismos preparados para avaliar se a mesma está de fato ocorrendo. As medições, como referem van Bellen (2005); Moran et al (2008) são indispensáveis para que um modelo se torne operacional.

Neste sentido, é útil e necessário ter claras e organizadas as diferentes ferramentas existentes que procuram mensurar a sustentabilidade do desenvolvimento sustentável, uma vez que o conhecimento acerca dos mecanismos disponíveis para mensurar a sustentabilidade pode auxiliar os tomadores de decisões (em particular) e à sociedade civil (em geral) no processo de utilização destas ferramentas de uma forma mais adequada e consistente

* Turismólogo, Mestre em Ordenamento do Território e Planejamento Ambiental (Universidade Nova de Lisboa); Bolsista do Programa AlBan.
E-mail: itamar_cordeiro@yahoo.com.br

** Turismóloga, Mestre em Geografia (Universidade de Lisboa); Bolsista do Programa AlBan.
E-mail: nathaliakorossy@gmail.com

*** Professora Associada Agregada, DECivil

É precisamente isto que se procura com este artigo: traçar um breve perfil de cinco destas metodologias de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos (selecionadas a partir de ampla revisão bibliográfica sobre o tema), refletindo criticamente sobre suas capacidades para realizarem aquilo a que se propõem.

Instrumentos de Avaliação de Sustentabilidade do Turismo

Entre os instrumentos que foram desenvolvidos para avaliar a situação específica da sustentabilidade no turismo destacam-se cinco: o *Destination Scorecard* do *National Geographic Traveler*; a Pegada Ecológica do Turismo (*Tourism Ecological Footprint*); o Barômetro de Sustentabilidade do Turismo (*Barometer of Tourism Sustainability*); o Sistema de Indicadores de Turismo Sustentável da Organização Mundial de Turismo (UNWTO); e o *Core Set Indicators (CSI) of Sustainable Tourism* da Agência Européia de Estatística (Eurostat).

Destination Scorecard do National Geographic Traveler

Desde que o boom de viagens começou após a II Guerra Mundial, problemas ambientais, sociais e culturais provocados pelo turismo de massa têm posto em risco a integridade de destinos turísticos em todo o mundo. Diante deste fato, quais os destinos turísticos que têm conseguido proteger-se contra estas ameaças e quais os que têm falhado? É esta pergunta que o *Destination Scorecard* procura responder.

Desenvolvido no âmbito do *National Geographic's Sustainable Tourism Initiative* em parceria com a *Leeds Metropolitan University* (Inglaterra), trata-se de uma ferramenta que tem como objetivo avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos com base em seis critérios que analisam a

115 destinos turísticos mundialmente conhecidos.

A análise é feita com base no veredito de um painel com mais de 200 peritos das mais diversas áreas (geografia, fotografia, ecologia, história, antropologia, arqueologia, turismo sustentável, planejamento regional), todos suficientemente bem viajados e com boas bases para compararem os destinos entre si (Tourtellot, 2007). Os critérios de análise dos 115 destinos turísticos mundiais utilizados pelos painelistas na sua avaliação sobre a sustentabilidade dos destinos turísticos são (Partidário, 2004): a qualidade ambiental e ecológica do destino; a integridade social e cultural; As condições do patrimônio construído (arqueológico, histórico e estruturas existentes); a atratividade estética (tanto do patrimônio natural como do construído); a qualidade da gestão turística (mais especificamente as características do desenvolvimento turístico como: os benefícios para a população local; informação aos turistas sobre o local e o seu papel nesse destino); e a perspectiva futura para o destino em termos de sustentabilidade tendo em consideração as práticas dominantes.

Com base nestas questões avaliam-se os diversos destinos a partir de uma escala de pontos que vai de 1 (catastrófico) a 10 (sustentável). A partir destes critérios, obtém-se um ranking dos destinos turísticos mais sustentáveis. Para locais onde os peritos discordem amplamente, faz-se uso de um segundo *round* de pontuação onde são trocados comentários adicionais sobre os destinos em questão, seguida de nova sessão de pontuação.

Em 2004, o *Destination Scorecard* apontava que entre os destinos turísticos mais sustentáveis do mundo estavam, em primeiro lugar, os fjords da Noruega, em 8º lugar o centro histórico de Salzburg (Áustria) e em 9º lugar o Parque de Yellowstone (Estados

medianos, estavam as ilhas Galápagos (Equador), a Grande Barreira de Corais (Austrália) e a Grande Muralha (China), em 13º, 14º e 21º lugares, respectivamente. Entre os destinos consideradas "menos sustentáveis", estavam as Pirâmides de Gizé (Egito) em 29º lugar, a Região turística do Algarve (Portugal) em 33º lugar, e a Costa do Sol (Espanha), em 37º lugar (última colocação do *ranking*).

Core Set Indicators (CSI) para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo da Eurostat

Segundo EC (2002), para se avaliar a sustentabilidade de um destino turístico é preciso utilizar indicadores. Reconhecendo a necessidade da atividade se desenvolver de forma sustentável, a Eurostat organizou um conjunto de indicadores próprio para o efeito.

A delimitação do CSI foi obtida a partir de várias etapas. A primeira delas foi uma revisão da literatura já existente sobre o assunto, através da qual foram analisados materiais de organizações como a Agência Ambiental Europeia (AAE), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (UNWTO), bem como relatórios de países com trabalhos relevantes no campo de indicadores de sustentabilidade do turismo, como Espanha, Grã-Bretanha e Áustria. Este material foi complementado com pesquisas em bibliotecas e na internet que resultaram em aproximadamente 30 livros e relatórios de interesse. Como resultado desta fase, foi gerada uma lista preliminar com mais de 200 potenciais indicadores.

Contudo, como identifica a própria EC (2006), o número limitado de indicadores, fáceis de manusear, foi um dos critérios sobre os quais foi construído o CSI. Assim, a partir da primeira aproximação, os indicadores foram submetidos a uma série de critérios de seleção, incluindo:

relações entre turismo e ambiente; compreender diferentes áreas dentro do modelo DPSR¹; disponibilidade de dados; e ser adequado para diferentes escalas geográficas.

Numa segunda fase, esta lista foi submetida a um conjunto de peritos da AAE, OCDE e UNWTO, que fizeram considerações sobre os indicadores apresentados. A partir destas intervenções foi definido o conjunto de 20 indicadores que compõem o CSI para avaliação da sustentabilidade do turismo. Numa terceira e última fase, este conjunto de indicadores foi então testado num exercício-piloto em alguns destinos turísticos da Suécia, Espanha, Áustria e Hungria. Os indicadores são:

* Para avaliar as forças **motrizes**: "número de camas em hotéis e estabelecimentos similares"; "número de viagens por meio de transporte"; "% da população empregada no turismo"; "gasto doméstico no consumo do turismo" e "a contribuição do turismo para o PIB".

* A fim de identificar quais as **pressões** que o turismo exerce sobre o ambiente: "pernoites em vários tipos de acomodações"; "emissão de CO₂ a partir do consumo de energia pelas instalações turísticas"; "água utilizada por turista por dia em relação ao uso pela população residente"; "geração de lixo pelos turistas" e "descarga de água devido ao turismo".

* Como indicadores de **estado**: "áreas utilizadas para fins específicos de lazer"; "a % de áreas cobertas por florestas" e "a % de áreas de terra e água protegidas".

* Para avaliar os **impactos** do turismo: "turistas expostos ao barulho em hotéis e estabelecimentos similares" e "qualidade da água balnear".

1. Uma ferramenta utilizada para selecionar os indicadores relevantes que iriam compor o CSI foi a estrutura de avaliação integrada para análise de dados sobre atividades humanas e ambiente, também conhecido como modelo DPSIR (Driving forces, Pressure, State, Impact and Responses) desenvolvido pela AAE a partir do conhecido modelo PSR (Pressure, State, Response) da OCDE considerado um dos sistemas de indicadores mais aceites a nível mundial. O esquema DPSIR pode ser utilizado para descrever as relações entre as causas e as consequências dos problemas ambientais, de modo a interpretar a sua

* Para captar as **respostas** dadas por aqueles que estão envolvidos no desenvolvimento do turismo: "o volume de águas residuais tratadas devido ao turismo"; "a participação dos equipamentos turísticos em reconhecidos sistemas de certificação ambiental" como, por exemplo, sistemas ISO (International Standards Organization) e EMAS (Eco-Management and Audit Scheme)² e "a % dos equipamentos turísticos com rótulos ambientais. Especificamente voltado para avaliar respostas institucionais são: "o gasto para manutenção/reparação do patrimônio histórico e cultural" e "a existência de processos de planejamento territorial, que façam referência específica às atividades turísticas".

Enfim, em termos gerais, o que se pode dizer do CSI da Eurostat é que se trata de uma compilação dos indicadores mais freqüentes utilizados em outros sistemas de indicadores sobre turismo sustentável.

Indicadores da Organização Mundial de Turismo (UNWTO)

Assente na premissa de que os indicadores são uma via para minimizar, ou mesmo suprimir a subjetividade presente em muitas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a Organização Mundial de Turismo (UNWTO) vem, desde 1992, trabalhando no sentido de desenvolver e implementar indicadores que possam auxiliar no processo de desenvolvimento sustentável de destinos turísticos.

O primeiro manual sobre indicadores de sustentabilidade do turismo produzido pela Instituição foi editado em 1995/96, resultado de testes-piloto no Canadá, Estados Unidos, México, Holanda e Argentina (UNWTO, 2004a). Desde então, tem havido em todo o mundo

participantes têm aprendido sobre a aplicação dos mesmos e contribuído para avançar com a metodologia. Este processo de melhoramento contínuo culminou com a publicação, em 2004, do guidebook sobre indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos.

Segundo a UNWTO (2004a), tanto o manual quanto os indicadores foram concebidos com o intuito de ajudar os administradores do turismo a obter e usar a melhor informação possível como suporte para uma tomada de decisão que observe o desenvolvimento sustentável do turismo. Estes indicadores são divididos em diferentes tipos e definidos para diferentes escalas. A sua aplicação varia consoante o nível de atuação e o tipo de impactos que se pretenda avaliar.

Os indicadores da UNWTO analisam aspectos como: bem-estar das comunidades receptoras; aspectos culturais; participação da comunidade no desenvolvimento do turismo; satisfação do turista; saúde e segurança; benefícios económicos oriundos do turismo; proteção dos valores naturais; gestão de recursos naturais escassos; impactos do turismo associados à geração de resíduos e poluição (do ar, sonora e visual); controle das atividades turísticas; planejamento do destino; desenho de produtos e serviços; e a sustentabilidade de serviços e operações turísticas.

Barômetro de Sustentabilidade do Turismo

O Barômetro de Sustentabilidade do Turismo (*Barometer of Tourism Sustainability* - *BTS*) é uma adaptação feita por Ko (2001, 2005) do já conhecido Barômetro de Sustentabilidade (*Barometer of Sustainability*) desenvolvido originalmente por Prescott-Allen. Não tem, portanto, nenhuma relação com o "Barômetro do

2. O Eco-Management and Audit Scheme é um instrumento da União Europeia para empresas e outras organizações avaliarem, comunicarem e melhorarem sua performance ambiental. Fonte: <http://ec.europa.eu/environment/emas/>

Organização Mundial de Turismo, com a função de monitorar e oferecer informações relevantes sobre a evolução do setor.

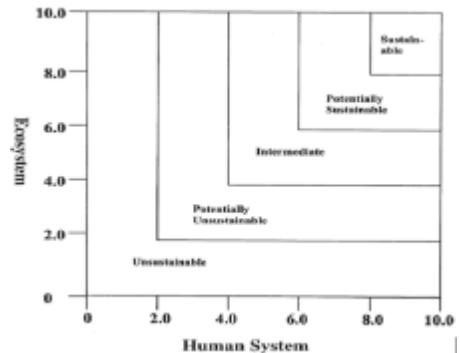
Para Ko (2005), um destino turístico é uma atração turística (seja ela artificial ou natural) incluindo o sistema humano e o ecossistema, influenciado por atividades turísticas. Assim, para que o destino seja sustentável, estes dois sistemas devem ser simultaneamente sustentáveis. É neste sentido que, tendo em conta a sua potencialidade para avaliar tais dimensões, Ko (2001, 2005) recomenda o Barômetro de Sustentabilidade do Turismo como a melhor opção para avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos.

Desenvolvido por especialistas do World Conservation Union (IUCN) e do International Development Research Centre (IDRC), o Barômetro de Sustentabilidade tem como objetivo fundamental medir a sustentabilidade (van Bellen, 2005). Originalmente a metodologia utiliza escalas de desempenho que vão de ótimo a péssimo para avaliar os níveis de bem-estar social e do ecossistema. Ambos os sistemas (social e ecológico) são avaliados a partir de indicadores que procuram analisar tanto o bem-estar da sociedade (bem-estar individual, saúde, educação, desemprego, pobreza, rendimentos, crime) como o estágio de conservação dos recursos naturais.

Uma das características mais destacadas deste instrumento é sua capacidade de posicionar determinada sociedade (ou destino turístico no caso do BTS) no contexto do desenvolvimento sustentável. Ao utilizar uma escala de desempenho (1-20, insustentável; 21-40, potencialmente insustentável; 41-60, intermediário; 61-80, potencialmente sustentável; 81-100, sustentável) o instrumento possibilita, segundo Ko (2005), interpretar o desenvolvimento para além do meramente "sustentável" ou "insustentável".

Em suma, o Barômetro de Sustentabilidade é uma ferramenta que combina duas dimensões fundamentais: o ecossistema e o sistema humano. Estas dimensões são apresentadas em uma representação gráfica bidimensional, procurando facilitar a compreensão e dar um quadro geral do estado do meio ambiente e da sociedade (fig. 1).

Figura 1. Representação gráfica utilizada na metodologia do Barômetro de Sustentabilidade



Fonte: Ko (2001)

O principal mérito destacado pelos seus proponentes está na capacidade da ferramenta tratar igualmente pessoas e ecossistemas. Isto porque utiliza um sistema de avaliação com 2 eixos que asseguram que um aumento da qualidade ambiental não mascara, por exemplo, um declínio do bem-estar da sociedade ou vice-versa (van Bellen, 2005). Será, portanto, a interseção entre estes dois eixos que fornecerá o grau de sustentabilidade do destino turístico estudado.

A adaptação proposta por Ko (2001; 2005) procura aplicar a metodologia para avaliar a sustentabilidade de um destino turístico ao invés de um país, baseado na premissa de que, em essência, um destino turístico é um espaço geográfico com ecossistemas e com um sistema humano (as duas componentes trabalhadas pela metodologia). Portanto, o Barômetro de Sustentabilidade do Turismo, vale-se dos mesmos pressupostos e funciona tal e qual o

escala de desempenho, indicadores e a mesma representação gráfica bidimensional, que irá fornecer a medida de (in)sustentabilidade do destino turístico.

Para o caso específico dos destinos turísticos, Ko (2001) sugere que o Barômetro de Sustentabilidade deve se preocupar em utilizar indicadores que representem aspectos políticos, econômicos, socioculturais, ambientais e a qualidade da experiência do turista. Contudo, embora o defende enquanto "um modelo útil e prático para avaliar a sustentabilidade do turismo" (Ko, 2005), não facilita informações sobre que indicadores são os mais adequados, nem apresenta quaisquer aplicações práticas deste instrumento no sentido estrito de avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos³. Trata-se, portanto, de um instrumento ainda num estágio bastante precoce de desenvolvimento e que ainda não dispõe de resultados práticos que comprovem a utilidade do mesmo.

Pegada Ecológica do Turismo

Considerado como um dos instrumentos de avaliação de sustentabilidade mais lembrados pelos especialistas, conforme identificado por van Bellen (2005), a Pegada Ecológica é, apesar das críticas, a metodologia mais recomendada quando se trata de comparar a demanda humana sobre a biosfera com a capacidade da Terra de sustentá-la (Moran et al, 2008). Trata-se de um instrumento sobre o qual alguns autores depositam grandes esperanças no sentido de avaliar a sustentabilidade do turismo.

A Pegada Ecológica (Ecological Footprint Method - EFM) é uma ferramenta desenvolvida para medir a sustentabilidade ecológica de um determinado sistema a partir da contabilização dos fluxos de matéria e energia existentes numa determinada economia, convertendo-os em áreas de terra

autores, de uma ferramenta que procura auxiliar o planejamento rumo à sustentabilidade (Wackernagel & Rees, 1996).

Genericamente, o método da Pegada Ecológica pode ser definido como uma forma de medir o impacto humano na Terra, exprimindo as áreas de mar e terra necessárias para produzir a energia/materiais utilizados e para assimilar os resíduos gerados por uma dada unidade de população, que pode ser um indivíduo, uma comunidade, uma atividade econômica, uma região, um país ou mesmo a população mundial (Wackernagel & Rees, 1996). Ou seja, pode-se dizer que a Pegada Ecológica determina a exigência humana sobre a natureza no que respeita à área terrestre e aquática, necessária para a disponibilização de recursos ecológicos e serviços - alimentos, fibras, madeira, terreno para construção e terrenos para a absorção do dióxido de carbono (CO₂) emitido pela combustão de combustíveis fósseis (WWF, 2006). Para tanto, trata de i) contabilizar os fluxos de matéria e energia que entram e saem de um determinado sistema econômico e ii) converter estes fluxos em área correspondente de terra ou água existentes na natureza para sustentar este sistema.

A partir desta lógica, a metodologia da Pegada Ecológica foi aplicada em inúmeras ocasiões, a diversas escalas, para medir o impacto das mais variadas atividades humanas. Seus próprios proponentes reconhecem e estimulam que a mesma seja adaptada para os mais inusitados exercícios de avaliação de sustentabilidade (Wackernagel & Rees, 1996). Foi precisamente isto que fizeram alguns investigadores no campo do turismo.

Gössling et al (2002), calcularam os consumos/resíduos associados à atividade a partir de quatro categorias: transportes, alojamentos, atividades, e alimentação e

3. O desenvolvimento dos indicadores, bem como a aplicação prática da metodologia é justamente o tema da tese de Doutoramento do referido autor que tem como objetivo comprovar a utilidade do Barômetro de Sustentabilidade enquanto ferramenta de

de que a atividade turística naquele destino seria sustentável, uma vez que a Pegada Ecológica do Turismo seria menor que a capacidade do ecossistema em fornecer/assimilar os recursos utilizados.

Já WWF-UK (2002) analisaram dois destinos de viagens (Mallorca e Chipre), a partir de nove categorias: água, resíduos, alojamentos, alimentação, viagem de/para o aeroporto, viagem aérea até ao destino, aluguer de carros, excursões e consumo energético do hotel. Nos dois destinos, os autores encontraram uma Pegada Ecológica maior que a capacidade de fornecimento/absorção dos recursos utilizados pelo turismo, tendo classificado a atividade, tanto em Mallorca como no Chipre, de insustentável.

Analizando os Instrumentos de Avaliação da Sustentabilidade: Parâmetros e Pressupostos.

EC (2006) refere-se ao conceito de desenvolvimento sustentável como um conceito de fácil entendimento, mas que vem sendo criticado por ser de difícil aplicação em diferentes setores. Tendo em conta que o turismo sustentável se alicerça sobre o conceito de sustentabilidade e dado a falta de consenso sobre o mesmo (EC, 2006), desde logo fica evidente que estudar instrumentos de avaliação de sustentabilidade é um exercício suscetível de se tornar arbitrário. Por este motivo, a utilização de um marco conceitual que possa servir como baliza e que possibilite minimizar a margem de subjetividade torna-se fundamental.

Dentre as iniciativas existentes no sentido de facilitar o processo de desenvolvimento de mecanismos de avaliação rumo à sustentabilidade, os Princípios de Bellagio para a Avaliação, ou simplesmente Princípios de Bellagio⁴, figuram entre os mais mencionados e recomendados (van Bellen, 2005; Ko, 2005; Graymore, 2005).

Na sua formulação original, os Princípios de Bellagio não são orientados especificamente para o turismo; no entanto, segundo Ko (2005), os mesmos são perfeitamente aplicáveis ao seu processo de avaliação da sustentabilidade da atividade. Assim, considerando que sintetizam a percepção geral sobre os aspectos relacionados com a avaliação do desenvolvimento sustentável e tendo em conta a inexistência de uma carta de princípios semelhante específica para destinos turísticos, pode-se afirmar que os princípios de Bellagio constituem a maneira mais clara e objetiva de verificar se os instrumentos anteriormente citados encontram-se aptos para avaliar a sustentabilidade dos destinos turísticos.

Nesta perspectiva, os referidos instrumentos foram analisados segundo três critérios:

I. Visão de desenvolvimento

sustentável: o sucesso de qualquer processo de avaliação está vinculado a uma definição clara do objeto em análise. Assim, para que tenha condições de cumprir com os seus propósitos, um instrumento que procura avaliar a sustentabilidade do turismo deve ter, antes de mais, uma visão bastante clara do que pode ser um desenvolvimento sustentável. Considerando que uma definição clara é necessária para evitar confusão ou equívocos, algo muito comum neste campo de investigação (Ko, 2005), utilizou-se como referência a definição de sustentabilidade mundialmente mais conhecida e aceite: a do Relatório Brundtland. No entender de Foladori (2005), são duas as características intrínsecas nesta definição: i) a preocupação com as futuras

4. Originado em Novembro de 1996, quando um grupo de especialistas e investigadores em avaliação de todo o mundo se reuniram no Centro de Estudos e Conferências da Fundação Rockefeller em Bellagio (Itália) para rever os dados e as diferentes iniciativas de avaliação de sustentabilidade até aquela data, os Princípios de Bellagio acabaram por servir como um guia de boas práticas para

sistemas social, econômico e ambiental. Fez-se uso, pois, destas duas características para chegar à conclusão acerca da visão de sustentabilidade dos instrumentos analisados.

II. **Comunicação Efetiva:** Jesinghaus (apud van Bellen, 2005) e Partidário (2007) reconhecem claramente que a comunicação dos resultados é fundamental em qualquer ferramenta de avaliação da sustentabilidade, encorajando a adoção de diferentes atitudes e opções de desenvolvimento em processos sustentáveis. Quando se fala em "comunicação" refere-se especificamente à capacidade que os mesmos devem possuir para expressar e comunicar, em linguagem acessível, a todos os que se interessem pela sustentabilidade de um destino turístico. Nesta perspectiva, analisou-se a capacidade dos instrumentos em comunicar de forma clara e concisa o estágio de sustentabilidade de um destino turístico;

III. **Capacidade de apoio à decisão:** na mesma medida, o sucesso de um processo de avaliação também depende estreitamente das informações fornecidas e da forma como são fornecidas (Moldan & Bilharz apud van Bellen, 2005; Partidário, 2007), uma vez que serão estas informações que proporcionarão as bases necessárias à gestão do destino (CE, 2007) e ao redirecionamento do planejamento, se for o caso (van Bellen, 2005). Por este motivo, a função-chave de qualquer indicador é reduzir o volume e a complexidade de informações requeridas de forma a prover informação relevante e útil aos tomadores de decisão, auxiliando-as

na avaliação do seu desempenho em relação aos objetivos estabelecidos e fornecendo bases para o planejamento de futuras ações (van Bellen, 2005). Tendo isto em conta, analisou-se a capacidade destes indicadores em apoiar os tomadores de decisões com informações úteis.

Reflexão Crítica acerca dos Instrumentos de Avaliação de Sustentabilidade do Turismo

O propósito da investigação é o de fazer avançar o conhecimento científico (Beni, 2002) e, neste sentido, a identificação de vazios é um passo importante. Um destes vazios decorre da insatisfação sobre a adequação das atuais metodologias de avaliação da sustentabilidade para alcançar os propósitos fundamentais da avaliação da sustentabilidade em diversos setores, entre os quais a avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos.

Assim, com base na lógica de funcionamento destas metodologias e tomando-se os Princípios de Bellagio como referência, faz-se agora uma reflexão acerca de suas respectivas virtudes e deficiências, com a finalidade de identificar se as mesmas cumprem com os requisitos que se esperam verem presentes em instrumentos desta natureza.

Visão de Desenvolvimento Sustentável

Segundo os Princípios de Bellagio, um instrumento de avaliação de sustentabilidade deve ter uma visão clara do que é desenvolvimento sustentável. Considerando-se que a visão de desenvolvimento sustentável aqui adotada é a do Relatório Brundtland, pode-se afirmar que nem a Pegada Ecológica do Turismo, nem o Destination Scorecard a possuem.

Wackernagel & Rees (1996, p.07) deixam bastante clara a visão de sustentabilidade presente na metodologia da Pegada Ecológica ao afirmarem que "se nós queremos viver sustentavelmente, devemos assegurar que usamos os produtos e processos essenciais da natureza de forma não mais rápida do que eles possam ser renovados, e que não despejamos resíduos de uma forma não mais rápida do que eles possam ser absorvidos". O que se depreende é que a visão de sustentabilidade na Pegada Ecológica (e consequentemente na da Pegada Ecológica do Turismo) é meramente de ordem biofísica e não aborda outras perspectivas como a econômica ou a social.

De mesma opinião, Wilson et al (2007), van Bellen (2005), van den Bergh & Verbruggen (1999) e Bossel (1999) entendem que a Pegada Ecológica considera apenas a questão dos recursos naturais e embora seus autores afirmem a preocupação com a economia e a sociedade, a ferramenta não se ocupa destes campos. A preocupação com as futuras gerações também não é clara nesta metodologia, embora se possa inferir que ao defender uma taxa de consumo menor que a capacidade de reposição/absorção do ambiente a metodologia apresenta uma preocupação com a possibilidade das futuras gerações satisfazerem suas necessidades, isto não se encontra explícito⁵.

O Destination Scorecard, por seu turno, não adota qualquer definição de sustentabilidade, e tão pouco recomenda um conceito a ser utilizado pelos seus painelistas. As interpretações acerca do que é desenvolvimento sustentável e turismo sustentável ficam a cargo de cada um dos peritos que podem adotar várias definições. Do mesmo modo que na metodologia da Pegada Ecológica a preocupação com o bem-estar das gerações futuras só pode ser especulada e, portanto, não há como saber

se esta se encontra, de fato, presente na metodologia.

Ao tratar unicamente dos níveis de bem-estar social e ambiental, a visão de sustentabilidade presente na metodologia do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo, não contempla a dimensão econômica. A proposta apresentada por Ko (2005) opta por ignorar a definição do relatório Brundtland e adota uma definição própria, de modo que a sustentabilidade, na perspectiva da metodologia, se traduziria num equacionamento entre as componentes qualidade de vida e qualidade do ecossistema. Tal como nas metodologias anteriores, a preocupação com as futuras gerações não é explícita.

Embora recepçione claramente o conceito de desenvolvimento sustentável segundo o Relatório Brundtland, o que se infere da análise do CSI da Eurostat é que o mesmo é demasiado focado na componente ecológica. O próprio documento que apresenta a ferramenta reconhece que o principal critério empregado na seleção dos indicadores que compõem o CSI foi a relevância que os mesmos tinham para analisar a relação entre turismo e ambiente (EC, 2006). Logo, o CSI sugerido pela Eurostat cai no mesmo equívoco dos instrumentos anteriores ao ignorar a dimensão social da sustentabilidade, uma vez que, dos 20 indicadores que compõem a ferramenta, apenas 1 ("% da população empregada no sector do turismo") apresenta uma preocupação de ordem socioeconômica. Para além disso, não são observados quaisquer indicadores que reflitam a preocupação com as futuras gerações. O CSI da Eurostat está fortemente preocupado com o estágio atual do ambiente.

Já o sistema de indicadores da UNWTO, possivelmente pelo fato de adotar claramente o conceito do Relatório

5. Entende-se que a equidade intergeracional está presente implicitamente na visão de sustentabilidade da Pegada Ecológica na medida em que ao advogar que os recursos devem ser utilizados numa perspectiva de não esgotamento a longo

Brundtland para apoiar a sua definição de turismo sustentável é, dos instrumentos aqui considerados, o que interpreta de forma mais apurada as dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiente, sociedade e economia). Contudo, cumpre ressalvar que, embora haja mais indicadores para avaliar a dimensão social do que no CSI da Eurostat, ainda assim, o foco das atenções perdura sobre o económico e o ambiental.

Comunicação Efetiva

A comunicação tem um papel preponderante na difusão do desenvolvimento sustentável e é por este motivo que, segundo os Princípios de Bellagio, a capacidade para comunicar de forma simples e consistente o estágio de sustentabilidade deve ser uma das prerrogativas de qualquer instrumento desenhado para avaliar a sustentabilidade.

De forma sucinta, poder-se-ia dizer que o objetivo final da comunicação para a sustentabilidade no setor do turismo é o dar a conhecer a situação existente em relação a um estágio de sustentabilidade desejável. Logo, se é verdade que medidas que visam o desenvolvimento sustentável têm maiores chances de sucesso quando são tomadas em co-responsabilidade com as comunidades locais (CE, 2007) e que o envolvimento destas últimas é decisivo para o sucesso da atividade (Simpson, 2001), é razoável supor que estas comunidades locais somente poderão colaborar na medida em que compreendam adequadamente o quadro atual de (in)sustentabilidade.

No que concerne à Pegada Ecológica, embora se considere que a metodologia não apresenta uma visão adequada de desenvolvimento sustentável (conforme discutido na seção anterior), há que se reconhecer que possui uma forma bastante peculiar e interessante de a comunicar. Ao

de resíduos em quantidades de terra (apresentando como resultado que são necessários, por exemplo, dois ou três planetas Terra para suportar os padrões de consumo da humanidade) a ferramenta demonstra uma capacidade para sensibilizar e despertar a atenção do público (van Bellen, 2005). É possivelmente esta característica que, segundo van Bellen (2005), torna esta ferramenta tão largamente aceita entre investigadores, organizações públicas e organizações não-governamentais⁶. Boa parte deste poder comunicativo é igualmente facilitado pela possibilidade de converter os resultados em representações ilustrativas.

O mesmo se pode dizer do Barômetro de Sustentabilidade. Ainda que não disponha do mesmo potencial de sensibilização que a Pegada Ecológica, a representação gráfica proporcionada por esta ferramenta transmite de uma forma bastante simples e clara o estágio em que o destino turístico se encontra no seu percurso para a sustentabilidade.

O potencial comunicativo do Destination Scorecard também é evidente, pois comunica de forma clara e em linguagem simples se um destino é sustentável. Embora o método para avaliar a sustentabilidade seja discutível (conforme abordado na seção anterior), há que se reconhecer que a metodologia possui grande potencial mediático que se considera ser o principal atributo do instrumento, uma vez que pode influenciar na imagem (positiva ou negativa) dos destinos, promovendo-os ou não.

Quanto aos demais instrumentos, estes não apresentam uma interface tão fácil de ser apreendida pelo público. O diagnóstico acerca do estágio de sustentabilidade nestas ferramentas encontra-se distribuído pelos vários indicadores de modo que o seu entendimento somente é possível para

6. Embora van den Bergh & Verbruggen (1999) destaquem que a referida aceitação resulte mais de uma falta de análise crítica sobre a capacidade da ferramenta do que,

sintetizar as informações transmitidas pelos diversos indicadores; o que, via de regra, não se aplica ao público em geral. Ou seja, os sistemas de indicadores da UNWTO e da Eurostat não dispõem da mesma capacidade de comunicação que os instrumentos anteriores; o que não significa que não cumpram as suas funções no que toca ao apoio às decisões. É o que se discute a seguir.

Capacidade de apoio à decisão

Entre outras funções, o que se espera de um instrumento de avaliação da sustentabilidade, na perspectiva dos Princípios de Bellagio, é que possa gerar informações úteis e fiáveis acerca do estágio de desenvolvimento de determinada realidade, identificando problemas e limitações, potencialidades e alternativas.

Assim, se é somente por intermédio da avaliação que se pode ter uma imagem adequada do rumo que está a ser seguido (van Bellen, 2005) de forma a alterá-lo quando este não é o pretendido, os instrumentos de avaliação só serão úteis se gerarem informações pertinentes que permitam apoiar as decisões. Como lembra Bossel (1999), a sustentabilidade implica um processo de longo prazo no qual as decisões são baseadas nas melhores informações disponíveis.

Neste sentido, o que se verifica é que onde pesa o significativo potencial para comunicar/sensibilizar, falha a capacidade de apoiar a decisão. Na metodologia da Pegada Ecológica do Turismo, por exemplo, observa-se que a informação gerada pela metodologia é demasiado agregada. Metodologias com esta característica não interessam aos tomadores de decisões (Rutherford apud van Bellen, 2005). Isto porque, segundo Partidário (2000) e Bossel (1999) quanto mais agregado é um indicador, mais distante está dos problemas em particular e

de ação referentes a problemas específicos. Aliás, podem até mesmo estimular opções políticas insustentáveis, ineficientes e imorais (van den Bergh & Verbruggen, 1999). Isto porque o alto nível de agregação das informações, expresso em um único índice, faz com que as informações relevantes à tomada de decisão se percam no processo. Assim, concorda-se com van Bellen (2005) quando afirma que o método da Pegada Ecológica "aparenta ser pouco eficaz para influenciar o comportamento dos atores responsáveis pelo processo decisório".

Com relação ao Destination Scorecard, percebe-se que se trata de uma metodologia que visa apenas apresentar ao turista uma lista dos destinos turísticos considerados mais sustentáveis; o que significa que não oferece informações passíveis de serem aproveitadas no processo de tomada de decisão. Por outras palavras: o Destination Scorecard não constitui uma ferramenta útil ao planejamento. É, conforme mencionado anteriormente, uma ferramenta que pode auxiliar na divulgação da imagem do destino, mas não mais do que isso.

Segundo van Bellen (2005), o Barômetro de Sustentabilidade foi concebido para gerar informação útil às agências governamentais e não-governamentais, tomadores de decisão e demais pessoas envolvidas com questões relativas ao desenvolvimento sustentável. O que se observa é que, embora não permita visualizar os efeitos do turismo sobre a economia (uma vez que não abrange esta dimensão), o Barômetro de Sustentabilidade do Turismo tem condições para fornecer informações pertinentes aos tomadores de decisão nas duas áreas que contempla (ambiente e sociedade). Assim, embora van Bellen (2005) considere que o principal ponto forte do Barômetro de Sustentabilidade é o seu impacto sobre os tomadores de decisão,

acerca da utilização do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo (Ko, 2005), faz com se observe com certa ressalva esta capacidade de apoio à decisão. Em tese, o instrumento teria capacidade para tal, contudo, na prática, estes potenciais podem não se confirmar.

Por fim, considera-se que são os sistemas de indicadores da UNWTO e da Eurostat que oferecem o conjunto de informações mais útil ao processo de tomada de decisões. O fato das informações não se encontrarem sob a forma de um único índice faz com que se possa ter uma noção sobre os aspectos pontuais que não estão com desempenho satisfatório, e isto possibilita definir ações para corrigi-los. Algo que nenhum dos instrumentos anteriores possibilita. O fato de apontar não só a dimensão da sustentabilidade que está deficiente (ecológica, por exemplo), mas também qual(is) o(s) aspecto(s) desta dimensão que não está(ão) bem (qualidade da água, por exemplo), são informações úteis ao processo de tomada de decisão de vez que permitem corrigir o planejamento e antecipar a necessidade de novas medidas de correção e prevenção.

Considerações Finais

Com vista a assegurar a sustentabilidade do turismo surgem determinadas ferramentas que se dizem preparadas para avaliar a sustentabilidade da atividade. Neste estudo, considerou-se cinco destes instrumentos: Destination Scorecard do National Geographic Traveler, Pegada Ecológica do Turismo, Barômetro de Sustentabilidade do Turismo, Sistema de Indicadores da UNWTO, e Core Set Indicators of Sustainable Tourism da Eurostat. Analisando cada uma destas metodologias à luz de três categorias ("visão de desenvolvimento sustentável"; "comunicação efetiva" e "capacidade de apoio a decisão"), chegou-

suas virtudes, nenhuma delas está verdadeiramente capacitada para avaliar a sustentabilidade dos destinos turísticos.

Essencialmente, as metodologias falham na sua interpretação de sustentabilidade. No tocante a este aspecto, pode-se dividir as metodologias entre: i) aquelas que adotam um conceito claro de sustentabilidade tal e qual o Relatório Brundtland (sistema de indicadores da UNWTO e CSI da Eurostat); ii) as que utilizam seu próprio conceito de sustentabilidade (Barômetro de Sustentabilidade do Turismo e Pegada Ecológica) e; por fim, as que não empregam qualquer conceito de sustentabilidade (Scorecard Destination).

Entre as metodologias que adotam um conceito de sustentabilidade, verifica-se que há um equívoco entre o que seja desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ambiental. Via de regra o que se percebe é que a conservação dos recursos naturais é entendida como sinônimo de desenvolvimento sustentável. Aliás, um grande problema com as metodologias disponíveis de avaliação de sustentabilidade é, justamente, que as mesmas não cobrem todos os aspectos da sustentabilidade (Fullana & Ayuso, 2002), o que pode levar a resultados enviesados (Graymore, 2005). Ou seja, embora se refiram a termos como "desenvolvimento sustentável" e "sustentabilidade", as metodologias avaliadas, privilegiam, em sua maioria, a análise dos sistemas ambiental e econômico, por vezes mais o ambiental que o econômico (Moniz, 2006), incorrendo naquilo que Sadler (1999) denomina de "noção primitiva de sustentabilidade"⁷.

Ainda que o ambiente seja um fator de forte relevância na sustentabilidade (EC, 2006), entende-se que é igualmente importante incluir no processo de avaliação da sustentabilidade preocupações com as

7. Segundo Sadler (1999, p.26), a "noção primitiva de sustentabilidade" preocupa-se apenas com o uso e a gestão dos recursos naturais, procurando identificar a produção máxima sustentável. Em oposição, a "noção contemporânea de sustentabilidade" representa uma tentativa de relacionar os princípios de

cal (sistema social) no caso dos destinos turísticos. Aliás, no atual contexto, talvez seja mesmo o mais importante, uma vez que muita ênfase sobre turismo sustentável recai sobre a proteção do ambiente. Tal fato leva a que se concorde com Fullana & Ayuso (2002), quando afirmam que o desafio mais importante imposto à operacionalização do turismo sustentável é a integração harmônica das três dimensões da sustentabilidade.

Diante de tudo o que foi apresentado e discutido, a mensagem que fica é a de que, não obstante os esforços realizados até o momento, a avaliação da sustentabilidade do turismo ainda tem muito que avançar. Neste sentido, considera-se que permanece atual a assertiva de Butler (1999) no sentido de que o turismo sustentável continua mais no plano da retórica no que no plano da prática.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Frederico; GARCIA, Ronaldo. A propósito da avaliação do PPA: Lições da primeira tentativa. *Boletim de Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, nº 3, pp.121-125. IPEA. Disponível em "http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_03/ensaio2_proposito.pdf", acesso em 16/12/07, 2001.
- BENI, Mário. *Análise estrutural do turismo*. 7^aed. Ed. SENAC: São Paulo. 2002.
- BOSSEL, Hartmut. Indicators for sustainable development: Theory, method, applications. A report to the Balaton Group. IISD: Winnipeg. Disponível em "<http://www.iisd.org/pdf/balatonreport.pdf>", acesso em 17/10/07, 1999.
- BRIGUGLIO, Lino; BRIGUGLIO, M. Sustainable tourism in the Maltese Islands. In: BRIGUGLIO, L. et al (eds.). *Sustainable tourism in islands & small states: Case studies*. Pinter: London. pp.162-179. 1996.
- of-art review, *Tourism Geographies*, 1(1), pp.07-25, 1999.
- CE - COMISSÃO EUROPEIA. Plano de acção para um turismo europeu mais sustentável: Relatório do grupo para a sustentabilidade do turismo. Disponível em "http://ec.europa.eu/enterprise/services/tourism/doc/tsg/tsg_final_report_pt.pdf", acesso em 05/11/07, 2007.
- DIAMANTIS, Dimitrios. The importance of environmental auditing and environmental indicators in islands. *Eco-Management and Auditing*, 6, pp.18-25, 1999.
- EC - European Communities. Early warning system for identifying declining tourist destinations, and preventive best practices, 2002.
- EC - European Communities. Methodological work on measuring the sustainable development of tourism. Part 1: Technical report, 2006.
- FOLADORI, Guillermo. Por una sustentabilidad alternativa, Secretaría Regional Latinoamericana de La Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes, Tabaco y Afines, Montevideo, 2005.
- FULLANA, Pere; AYUSO, Silvia. *Turismo sostenible*. Rubes Editorial: Barcelona. 2002.
- GARROD, Brian; FYALL, Allan. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*, 19(3), pp.199-212, 1998.
- GÖSSLING, Stefan et al. Ecological footprint analysis as a tool to assess tourism sustainability. *Ecological Economics*, 43(2-3), pp.199-211, 2002.
- GRAYMORE, Michelle. Journey to sustainability: Small regions, sustainable carrying capacity and sustainability assessment methods. PhD Thesis - Griffith University: Queensland, 2005.
- HARDY, A.; BEETON, R. Sustainable tourism or maintainable tourism: Managing resources for more than average outcomes. *Journal of Sustainable Tourism*, 1(1), pp.1-12, 1993.

- of Sustainable Tourism, 9(3), pp.168-192. 2001.
- KO, Tae Gyou. Assessing progress of tourism sustainability, *Annals of Tourism Research*, 28(3), pp.817-820, 2001.
- KO, Tae Gyou. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach, *Tourism Management*, 26(3), pp.431-445, 2005.
- MEADOWS, Donella. Indicators and information systems for sustainable development. A report to the Balaton Group. The Sustainability Institute: Hartland. Disponível em "http://www.iisd.org/pdf/s_ind_2.pdf", acesso em 10/10/07, 1998.
- MEADOWS, Donella. (1994). Envisioning a sustainable world. The Third Annual Meeting of the International Society for Ecological Economics, October 24-28, 1994, San Jose, Costa Rica. Disponível em "<http://www.sustainer.org/pubs/Envisioning.DMeadows.pdf>", acesso em 15/01/08.
- MIDDLETON, V.; HAWKINS, R. Sustainable tourism. Butterworth-Heinemann: Oxford, 1998.
- MONIZ, Ana Isabel. A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores. Tese de doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006.
- MORAN, Daniel. et al. Measuring sustainable development: Nation by nation. *Ecological Economics*, Vol. 64(3), pp.470-474, 2008.
- NITSCH, Brigitte; VAN DER STRAATEN, Jan. Rural tourism development: Using a sustainable tourism development approach, in Harry Coccossis e Peter Nijkamp (eds.), *Sustainable Tourism Development*, Aldershot, Ashgate, 1995, pp.169-185, 1995.
- PARTIDÁRIO, Maria Rosário. Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa, 2007.
- Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 2000.
- PARTIDÁRIO, Maria Rosário. Integração do conceito de desenvolvimento sustentável no turismo nacional, *Jornal Água & Ambiente*, 69, pp.26-27, 2004.
- RODRIGUES, Adyr. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. *Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. Hucitec: São Paulo, pp.17-32. 1996.
- RUHANEM, Lisa. Strategic planning for local tourism destinations: an analysis of tourism plans. *Tourism and Hospitality Planning & Development*, 1(3), pp.239-253, 2004.
- SAARINEN, Jarkko. Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33(4), pp.1121-1140. 2006.
- SADLER, Barry, 1999, Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental, in PARTIDÁRIO, Maria Rosário; JESUS, Júlio (eds). *Avaliação do impacte ambiental: Conceitos, procedimentos e aplicações*, Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Caparica.
- SIMPSON, Ken. Strategic planning and community involvement as contributors to sustainable tourism development. *Current Issues in Tourism*, 4(1), pp.03-41, 2001.
- SOUKIAZIS, Elias; PROENÇA, Sara. Tourism as an alternative source of regional growth in Portugal: a panel data analysis at NUTS II and III levels. *Portuguese Economic Journal*, 7(1), pp.43-61. 2008.
- TOURTELLOT, Jonathan. Destination Scorecard: 115 Places Rated. *National Geographic Traveler*. Disponível em: [http://www.nationalgeographic.com/traveler/pdf/115_destinations_article.pdf], acesso em 12/12/2007, 2007.
- TROUSDALE, William. Governance in context, Boracay Island, Philippines. *Annals of Tourism Research*, 26(4), pp.840- 867, 1999.
- UNWTO - UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. *Instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos: uma revisão de literatura*

- sostenible para los destinos turísticos: Guia práctica. UNWTO: Madrid. 2004a.
- UNWTO - UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. Making tourism work for small island developing states. UNWTO: Madrid. 2004b.
- VAN BELLEN, Hans. Indicadores de sustentabilidade: Uma análise comparativa, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2005.
- VAN DEN BERGH, Jeroen; VERBRUGGEN, Harmen. Spatial sustainability, trade and indicators: an evaluation of the "ecological footprint", Ecological Economics, 29(1), pp.61-72, 1999.
- WACKERNAGEL, Mathis; REES, William. Our ecological footprint: Reducing human impact on the Earth. New Society Publishers: Gabriola Island, 1996.
- WILSON, Jeffrey et al. Contrasting and comparing sustainable development indicator metrics. Ecological Indicators, 7(2), pp.299-314, 2007.
- WWF - WORLD WILDLIFE FOUND. Relatório Planeta Vivo 2006. WWF. Disponível em "www.footprintnetwork.org/download.php?id=5", acesso em 03/09/07.
- WWF-UK - WORLD WILDLIFE FOUND UNITED KINGDOM. Holiday Footprinting: a practical tool for responsible tourism. Disponível em: [www.wwf.org.uk/filelibrary/pdf/holidayfootprintingfull.pdf], acesso em 03/10/2007, 2002.

Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	05-fev-2009
Envio ao parecerista:	29-abr-2009
Recebimento do parecer:	06-mai-2009
Envio para revisão do autor:	30-jun-2009
Recebimento do artigo revisado:	23-jul-2009
Aceite:	01-ago-2009